



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO
SECRETARIA DO TRIBUNAL PLENO E SEÇÕES ESPECIALIZADAS

ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DE 3/9/2021
TRIBUNAL PLENO

Aos três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, reuniu-se o TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO, EM SESSÃO ORDINÁRIA PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL, sob a presidência da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Regina Gláucia Cavalcante Nepomuceno. Presentes os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho José Antônio Parente da Silva, Cláudio Soares Pires, Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior, Plauto Carneiro Porto, Jefferson Quesado Júnior, Durval César de Vasconcelos Maia, Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque, Emmanuel Teófilo Furtado, Paulo Régis Machado Botelho e Clóvis Valença Alves Filho. Ausente, por motivo de férias, os Excelentíssimos Desembargadores do Trabalho Maria Roseli Mendes Alencar e Francisco José Gomes da Silva. Ausente justificadamente a Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Maria José Girão. Presente, ainda, a Excelentíssima Representante do Ministério Público do Trabalho, Procuradora-Chefe Mariana Ferrer Carvalho Rolim, e comigo, Ednevaldo Medeiros Pereira, Secretário do Tribunal Pleno e Seções Especializadas, foi aberta a sessão pela Presidência. Presente à sessão o Excelentíssimo Juiz do Trabalho Ronaldo Solano Feitosa. Registro, também, a presença dos nobres advogados Ricardo Fassina, Renata Almeida de Sousa Sampaio Leão Marques e Ticianna Pires de Souza, regularmente inscritos para defesa oral. Inicialmente, a Presidente propôs que fosse consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento da Excelentíssima Desembargadora do Trabalho Laís Maria Rossas Freire. Os demais desembargadores e a representante do Ministério Público do Trabalho presentes à sessão consignaram sua adesão à proposição. A Presidente determinou o envio de ofício à família enlutada informando a respeito da vertente manifestação de condolências. Em seguida, reportou-se à correição ordinária ocorrida no período de 16 a 20 de agosto do corrente ano, reputando uma das melhores já realizadas neste Tribunal. A Presidente destacou que a maioria das reivindicações colocadas pela Corregedoria Geral nos últimos dois anos foram atendidas e registrou seus agradecimentos

ao Desembargador Plauto Carneiro Porto, que esteve à frente do Regional durante esse período. O Desembargador do Trabalho Emmanuel Teófilo Furtado, que ocupou a função de Corregedor Regional do Tribunal na última gestão, também manifestou sua satisfação com o resultado da correição. O Desembargador do Trabalho Francisco Tarcísio Guedes Lima Verde Júnior propôs que fosse consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento do Ilustríssimo advogado Neuzemar Gomes de Moraes. Os demais desembargadores e a representante do Ministério Público do Trabalho aderiram à proposição. A Presidente determinou o envio de ofício à família enlutada. O Desembargador do Trabalho José Antonio Parente da Silva destacou matéria publicada no site do Tribunal Superior do Trabalho a respeito dos Centros de Inteligência do Poder Judiciário. A iniciativa foi recentemente instituída no âmbito deste Regional e tem como objetivo identificar as demandas repetitivas em tramitação e propor alternativas para o tratamento adequado dessas ações. O Magistrado ressaltou a importância da valorização dos precedentes e da uniformização dos procedimentos para imprimir celeridade à prestação jurisdicional. Encerradas as comunicações, foi iniciado o exame dos processos judiciais eletrônicos pautados para a presente sessão, com a oitiva dos advogados habilitados. Foram julgados dezessete processos. Por determinação do Desembargador Relator, o mandado de segurança 0080181-36.2021.5.07.0000 foi retirado de pauta, restando adiado para sessão futura. Concluída a análise dos feitos judiciais, foram apreciadas as seguintes matérias administrativas: PROAD 4228/2021 (Proposição da Corregedoria – Mitigação das atividades do Coordenador da Divisão de Execuções Unificadas, Leilões e Alienações Judiciais); PROAD 4193/2021 (Proposição da Presidência - Transformação e provimento de cargos no TRT7); PROAD Nº 3395/2021 (Proposição da Presidência - Alteração da Resolução Normativa TRT7 Nº 8/2019, que trata das contratações no TRT7); Processo Administrativo 7453/2006 (Requerente: Almerinda da Silva Amorim e Laércio Leite Amorim Filho – Requerimento de revisão de ato de concessão de pensão civil); Consigno, ainda, o julgamento de embargos de declaração opostos nos autos do Agravo Regimental 0000003-37.2020.5.07.0000. Registro, por fim, que o vídeo com o conteúdo das votações e demais assuntos tratados na presente sessão está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8jB4XPYVKEE> ou no *site* deste Tribunal no menu “Transparência – Gestão Judiciária – Sessões de Julgamento – Atas, Áudios e Vídeos”. Concluídos os trabalhos e nada mais havendo a deliberar, a presidente declarou encerrada a sessão e, para constar, eu, EDNEVALDO MEDEIROS PEREIRA, Secretário do Tribunal Pleno e Seções Especializadas, lavrei a presente ata.